

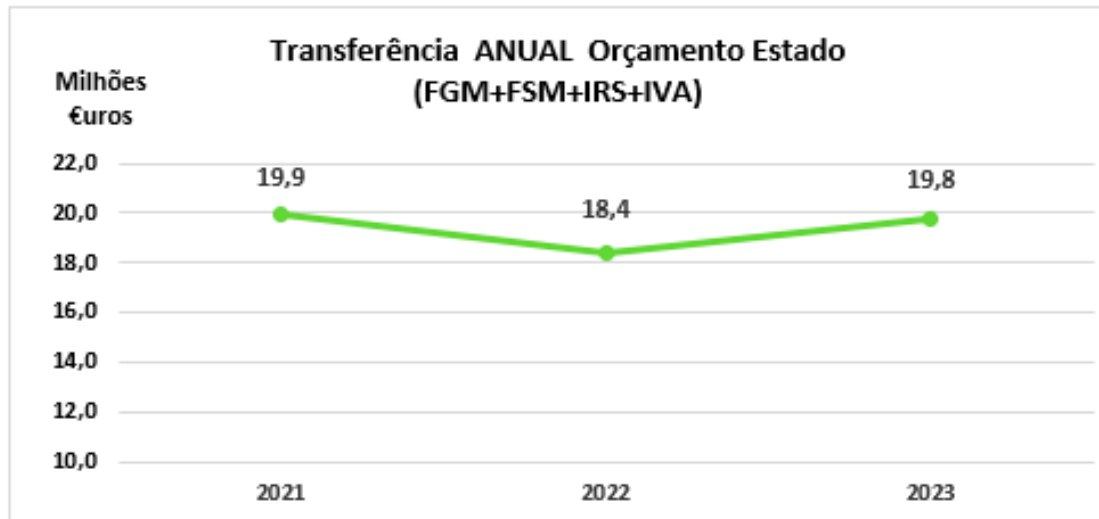
AC. EM CÂMARA

(11) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC – 2023 - Pelo

Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve:-

“**PROPOSTA – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 – ENQUADRAMENTO** - Do Pré ao Pós Pandemia acreditávamos que os novos desafios estavam estabilizados. Enganámo-nos porque, com a invasão da Rússia à Ucrânia (há 10 meses), os impactos colaterais tomaram todos os setores estruturais do país (gerando uma crise energética e uma enorme pressão sobre a estabilidade dos preços) e remeteram-nos para uma pressão inflacionista à escala global como nunca sentimos. Nesse sentido, o mundo mudou, direi até que está em mudança e vai continuar a mudar, pelo que continuamos a enfrentar grandes desafios estratégicos e orçamentais que influenciam as opções e decisões quanto às políticas públicas. Desta cascata de crises, só pode surgir uma resposta multidimensional, pelo que estou confiante que o saldo entre as enormes dificuldades, que certamente saberemos mitigar e ultrapassar, e as significativas oportunidades que seguramente conseguiremos aproveitar, será certamente muito positiva. A nossa capacidade de cooperação, de organização, de intervenção e de resposta continua a ter de assumir um papel de excelência na garantia de um futuro coletivo cada vez melhor. Às políticas públicas e aos seus decisores continua a ser imposta uma ação exigente, responsável, célere e assertiva nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal os vários domínios, seja na economia, na educação, na cultura, na saúde, na coesão social e territorial e nas transições climática e digital. Acelerar o processo de digitalização da economia, reformular as cadeias logísticas, que têm de ser obrigatoriamente mais curtas, privilegiar uma economia de proximidade e mais descarbonizada, promover a reindustrialização, assumir um novo paradigma económico que alguns já designaram como a "**nova normalidade**", que responda aos vários desafios da sociedade, dos nossos concidadãos, é o desafio que nos é dirigido. Assim, num contexto global tão exigente, mesmo com a aceleração de alguns setores da economia, as receitas diretas e indiretas do Município continuam significativamente prejudicadas e, associadas aos custos com energia e combustíveis - com impacto inflacionista transversal em toda a atividade do município -, bem como com as exigências resultantes da subida da massa salarial - **mais de 2,4 M€ para o ano 2023** -, influenciaram a estrutura orçamental e as opções propostas no presente Plano de Atividades e Orçamento. Contudo, é-nos exigido pelos nossos concidadãos, contrariar a aparente ordem natural das coisas deste momento e das suas circunstâncias. Continuar a criar mudança e qualidade de vida aos Vianenses, assente em informação adequada e atempada, que permita discernir tendências e identificar possíveis

ocorrências, são condições essenciais para nos precavermos contra situações de risco e indesejáveis desequilíbrios na solidez financeira do Município. As transferências provenientes do Orçamento do Estado em 2023 registam um aumento de 1,4 milhões de euros, face ao ano anterior, contudo, inferior à queda registada de 1,5 milhões de euros em 2022.



Nessas circunstâncias, o ADN da organização municipal, a ação holística das nossas instituições e movimentos coletivos, agentes culturais, sociais e económicos, alicerçada na liderança do executivo, são fatores que farão a diferença. Não menos relevante, a definitiva ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o Município, dinamizarão a capacidade de execução do Plano Municipal. Nesse sentido, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município continua a manter na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 41 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de **“Overbooking”** do **PT2020**, o **Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)** que **disponibilizará mais de 42 M€ até 2026** - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e **do PT2030**, programando investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam o desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias

de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. De âmbito e iniciativa Municipal, a estratégia assente num reforço do investimento, destacando-se o **Ambiente e Qualidade de Vida**, a **Educação**, a **Coesão Territorial**, a **Habitação e Urbanização** e o **Desporto e Lazer** (por ordem decrescente), num expressivo e estratégico apoio à consolidação da qualidade de vida do território (aumentando dos fatores de competitividade), ascensão das competências e capacitação de todos, aprofundamento do desenvolvimento das freguesias, disponibilização de soluções à necessidade de habitação e implementação de hábitos saudáveis. A política fiscal do município para as famílias e para os investidores continua a ser a nossa maior ferramenta de trabalho. O Regime de Incentivos continuará a incorporar e a disponibilizar um conjunto de isenções (em áreas como a Regeneração Urbana, Acolhimento Empresarial, Setor Tecnológico, Criativo e Serviços Partilhados, Empreendimentos Turísticos e Equipamentos), redução significativa de taxas e impostos.



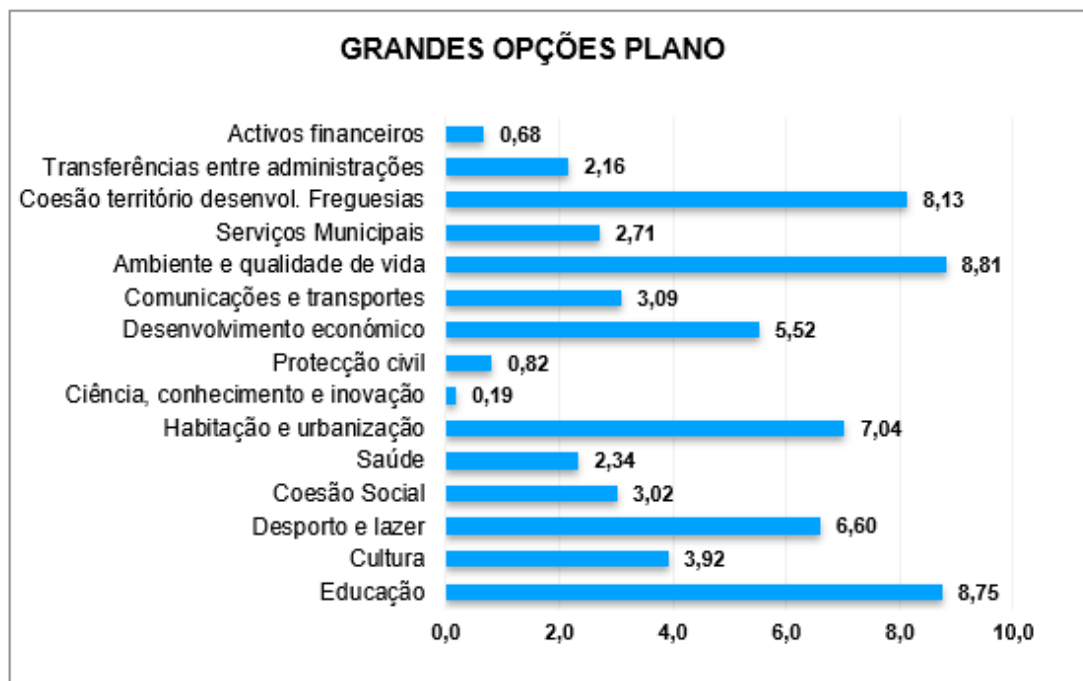
Finalmente, e cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada vez mais heterogénea e envelhecida mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, continua a obrigar-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais transformações no modelo de governança, um modelo que se pretende inclusivo, assente nos cidadãos e nos agentes do território, ou seja, que assegure proximidade, sustentabilidade territorial e de gestão financeira do Município e assegure o cumprimento dos

grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **OBJETIVOS DO PLANO** - O contexto atual continua a remeter-nos para a necessidade de garantirmos um conjunto de ações estruturais que alicercem as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas Agendas: **“Agenda da Inovação 2030” e “Agenda2030 para a Economia do Mar”**. Domínios como o clima, a proteção civil, a energia, a economia circular, a adoção de práticas públicas ecológicas, o mar, a floresta, os resíduos e o financiamento sustentável marcarão a gestão municipal em 2023 e no futuro. Gerir os recursos naturais de forma sustentável, valorizar o capital natural, promover a eficiência do metabolismo rural e urbano, aumentar a resiliência socioecológica, promover um sistema urbano policêntrico, afirmar a cidade e os principais centros cívicos do concelho como motores de desenvolvimento e de coesão, que reforcem a cooperação urbana e rural, são também imperativos da gestão estratégica do próximo ano. A cooperação urbana como fator de coesão interna, que promova a qualidade urbana e a inclusão e valorize a diversidade territorial, aumente a atratividade populacional, a inclusão social, reforce o acesso aos serviços de interesse geral, dinamize os potenciais locais e o desenvolvimento rural face à dinâmica e aos desafios globais, otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica, posicionar-se-á como instrumento de execução das grandes opções do plano. **Reforçar** e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade, **dinamizar** as redes digitais, promover a governança territorial, **consolidar** a descentralização de competências nas uniões e juntas de freguesia e a cooperação intersectorial e multinível, **promover** as redes colaborativas de base territorial existentes e **aumentar** a cultura territorial, cimentarão o nosso modelo de desenvolvimento. Os mecanismos de apoio aos cidadãos, como fator de mitigação do aumento dos custos de vida (impactos colaterais da invasão da Rússia à Ucrânia), a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS's) do concelho, assumem-se como fatores de estabilização e garantia da coesão social e territorial do concelho. Para a economia, continuarão a ser disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa **“Reativa Comércio”**, com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de **“50 Lojas Âncora”** (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do **“Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais”** que terá como principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto **“Comércio Digital”** e das Plataformas **“Viana Market”** e **“Work**

in Viana”, ações consumadas com a conclusão da candidatura **“Bairros Digitais”**, na qual **avançamos para uma segunda fase de decisão de financiamento**. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em **tipologias** como a ampliação das **redes de infraestruturas básicas** (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), **rodoviárias (Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira e a Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva - Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva)**, a **conclusão da requalificação da Escola Pintor José de Brito** e as **requalificações** da EB Areosa, da EB de Santa Maria de Geraz do Lima e da EB da Abelheira, a **refuncionalização da EB de Deocriste para Creche** e a **ampliação e requalificação** da rede de equipamentos sociais, a **conclusão da construção** da nova Unidade de Saúde Familiar da **Meadela**, e **construção** das novas Unidades de Saúde Familiar de **Alvarães** e do Litoral Norte e, finalmente, a **conclusão das intervenções** na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Para a execução do Plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa “Embaixadores da Cultura Vianense”; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas com

financiamento ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima** entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barrocelas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da **Meadela, Alvarães** e Litoral Norte, **Estratégia Local de Habitação**, o **Centro Tecnológico Internacional de Energia Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar “VianaSeaBusinessCenter”**. Estamos a garantir mais investimento. Juntos continuaremos a construir o futuro e a derrotar os monstros sejam eles a guerra, a inflação ou as epidemias.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e em promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2023, temos como prioridade a conclusão da **elaboração do Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede**

Escolar de Ciência e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios** e **Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim como daremos continuidade ao **Programa de Requalificação e Modernização** do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a segunda maior fatia do Orçamento, **num reforço superior a 300 mil euros relativamente a 2022**, representando **8,7 M€ (13,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP). **CULTURA** - Relativamente à **Cultura**, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu-nos uma reflexão e um diálogo com os cidadãos e com as instituições culturais, trabalho que nos permite construir e implementar um projeto seguro, comum e mobilizador, que continuará a sintetizar o lema **“VIANA, MAR DE CULTURA”**, que permitirá exprimir todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, a candidatura permitiu ainda criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação e instalação do Conselho Municipal da Cultura**, processo em desenvolvimento e que pretendemos concluir em 2023 e nos anos seguintes. Este projeto coletivo continuará a ser a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas e de educação para uma cidadania comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda: 1. **Consolidar** o programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho; 2. **Reforçar** o programa de apoio à **valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa; 3. **Estabilizar** o Programa **“Embaixadores da Cultura Vianense”** visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho); 4. **Projetar** os principais eventos culturais, reforçando a sua

atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de desenvolvimento do concelho. O ano de 2023 **marcará o início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes, resultando num **esforço** superior a **3,9 M€ (6,1%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP). **DESPORTO E LAZER - Viana do Castelo é “Cidade Europeia do Desporto 2023”**. Assumimos o propósito de projetar o concelho no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. Está distinção obriga-nos a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na afirmação de **“Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023”**, difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que 2023 concretize o impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando, acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. Pretendemos continuar a potenciar as infraestruturas naturais que o concelho dispõe, através da implementação de uma **Estratégia Municipal para o Desporto de Natureza**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as Infraestruturas de Desporto de Natureza (**Outdoor**), posicionando Viana do Castelo como destino de referência, capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte, praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos, finalmente, a **construção** da **“CIDADE DESPORTIVA”**, criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o **Aumento da Prática do Desporto Adaptado**

através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o **Apoio ao Rendimento Desportivo** através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. Em consequência, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a quinta maior fatia do Orçamento, num **aumento superior a 2,6 M€** relativamente a 2022, representando **6,6 M€ (10,35%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **COESÃO SOCIAL E JUVENTUDE** - A **Coesão Social** assume-se como um eixo fundamental das políticas adotadas pelo executivo. O investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado. A rubrica da **Coesão Social** é, uma vez mais, **reforçada** assumindo um papel de grande relevância no apoio às **famílias** e às **Instituições Particulares de Solidariedade Social** (IPSS), verdadeiros agentes no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Este será um ano desafiante, consequência da conclusão do processo de transferência de competências no domínio da ação social para o município, que assumirá toda a **responsabilidade de gestão do serviço de atendimento e apoio social**, assim como do **Rendimento Social de Inserção**. Toda a gestão processual de apoio e acompanhamento às famílias será, a partir de 1 de janeiro de 2023, gerida pelos serviços municipais. Para que a transição decorra com total normalidade, os primeiros meses serão de trabalho conjunto com as instituições, atualmente responsáveis através de protocolos com a Segurança Social. Estabelecemos como objetivo, **até junho de 2023**, garantir as condições humanas e físicas para assumir toda a responsabilidade da descentralização. Será ainda garantido o reforço da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), órgão timoneiro das políticas de ação social implementadas no município, única plataforma que garante a participação ativa de todos os parceiros sociais, espaço de planeamento, de avaliação, de decisão e de articulação com as diretrizes que o Município pode/deve assumir. A população migrante do concelho aumentou significativamente, exigindo ao Município robustez na sua ação. Os pressupostos associados à chegada são diversos: para trabalhar, outros para estudar, mas todos com o objetivo transversal de se fixarem em Viana do Castelo. O desenvolvimento de programas de acolhimento é absolutamente determinante para um verdadeiro acolhimento e integração responsável e sustentada. O Plano Municipal para Integração de Migrantes é o mecanismo chave para apoiar esta população, assim como a **equipa de 5 mediadoras** que está em funções, equipa

imprescindível para um acolhimento verdadeiramente inclusivo destes novos residentes, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo**. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante, bem como da **equipa de mediadores interculturais** que promovem uma orientação direta. Será, também, um ano exigente, em resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio e Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. Assim, o maior valor projetado assentará na materialização através de acordos e protocolos com IPSS's, garantindo condições de funcionamento e sustentabilidade às mesmas para que, desta forma, garantam respostas efetivas às necessidades identificadas na população, sendo que a Rede Social de Viana do Castelo continuará a ser o motor de combate às desigualdades sociais ainda existentes. A conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores da ação a desenvolver no Município, garantem as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. Com um investimento superior de **3 M€**, damos continuidade e reforçamos o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, garantindo investimento nos equipamentos das IPSS's e subindo de forma expressiva o apoio direto às famílias com o programa "**Mais Família**", que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio, nomeadamente com o aumento de vagas nas creches. Ainda no plano do apoio, atração e fixação de jovens e jovens talento (incluindo casais), **manteremos a isenção de taxas urbanísticas** para jovens com idade inferior a 35 anos e na condição de construção ou reabilitação de primeira habitação. Parte significativa do **investimento nas políticas de juventude** resulta da confiança que o Município reconhece na ação da juventude vianense, pelo que **reforçamos** a aposta nos projetos dedicados aos mais jovens, porque é na valorização e incentivo à iniciativa jovem que temos alicerçado a concretização da nossa estratégia, envolvendo os jovens nos processos e nas políticas que a eles se dirigem, **estabilizando**, nesse sentido, as **Políticas Municipais de Juventude**. O investimento nas políticas de juventude, centradas nos princípios da **cidadania**, tem-se pautado por uma clara resposta às necessidades, aos objetivos e às causas identificadas pelos jovens, enquanto parceiros privilegiados do Município, com vista à criação de uma política municipal de juventude assente em **ações**

planeadas e sustentáveis. Neste sentido, mantém-se a **aposta** nos projetos base do **Gabinete da Juventude**, nomeadamente o **Cartão Jovem Municipal**, que assume como principal missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo, potenciando descontos no comércio, serviços, cultura, desporto, saúde, entre outros, assumindo-se assim como um veículo de promoção do comércio tradicional e das atividades culturais e desportivas junto dos jovens. A atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1º ciclo do ensino superior, residentes no concelho de Viana do Castelo, é outra medida que será continuada com vista a estimular a frequência dos estudos pelos alunos de contexto económicos mais frágeis. Reforçamos, ainda, a nossa aposta nas ideias e projetos das jovens gerações, através do programa **“Viana Jovens com Talento e Viana Jovens Empreendedores”**. Com o objetivo de reforçar e dar uma maior visibilidade aos vencedores, estes passarão a ser concursos bianuais. Esta opção trará um maior empenho e uma maior divulgação e dedicação aos projetos vencedores, permitindo destacar empreendedores e talentos em anos diferentes, bem como a execução dos projetos antes da abertura de novos concursos. O projeto **“Viana Jovem”**, revista da juventude, consolidou-se em 2022, pelo que será aposta com continuidade, para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas e com as jovens gerações. Muitos destes jovens integram associações juvenis do concelho, todas elas membros ativos do **Conselho Municipal da Juventude**, espaço privilegiado de diálogo e auscultação, que permite incorporar a participação de jovens na discussão, definição e avaliação das políticas de juventude, assegurando a coautoria das mesmas. O espírito associativo que estas organizações preservam e potenciam e que o Município apoia são catalisadores de comunidades mais abertas, inclusivas e plurais, sendo a sua visão e ação essenciais para a construção de uma igualdade de oportunidade para a juventude. Para melhor estruturar o forte investimento e aposta do Município na juventude estabelecemos como um compromisso a criação de um **Plano Municipal de Juventude**, agregador de uma visão transversal, intersectorial e coerente da autarquia para as jovens gerações, fomentando o princípio de uma **“Cidade Amiga da Juventude”**. Este **instrumento estratégico** para o Município, que está atualmente **em fase de diagnóstico**, será elaborado e concluído nos anos de 2023 e 2024 e pretende reforçar a participação efetiva dos jovens nos processos de decisão e na sociedade, bem como aprofundar a agenda para a emancipação condigna da juventude, com particular incidência na educação, habitação, emprego, natalidade e mobilidade. Todas as opções do PAO potenciam a qualidade de vida para os jovens do concelho, desde o desporto, à educação, à participação ou ao ambiente, atingindo a sua

plenitude com o investimento em infraestruturas e em programas de apoio ao talento, ao associativismo e ao empreendedorismo jovem. **SAÚDE** - O combate à pandemia não cessou totalmente, por isso continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e IPSS's. **Asseguraremos** sempre que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente** da sua **condição económica** e do **local** onde **residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde, que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades, pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a adoção de estilos de vida saudáveis e, a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: 1. **Definir e implementar a Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da **saúde mental**, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade, assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar as instalações** e os **equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas valências/serviços de saúde; 3. **Aumentar** a capacidade de resposta na prestação de cuidados

de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. **Criar**, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. Em consolidação da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida **um aumento superior a 590 mil euros relativamente a 2022**, representando **2,3 M€ (3,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP).

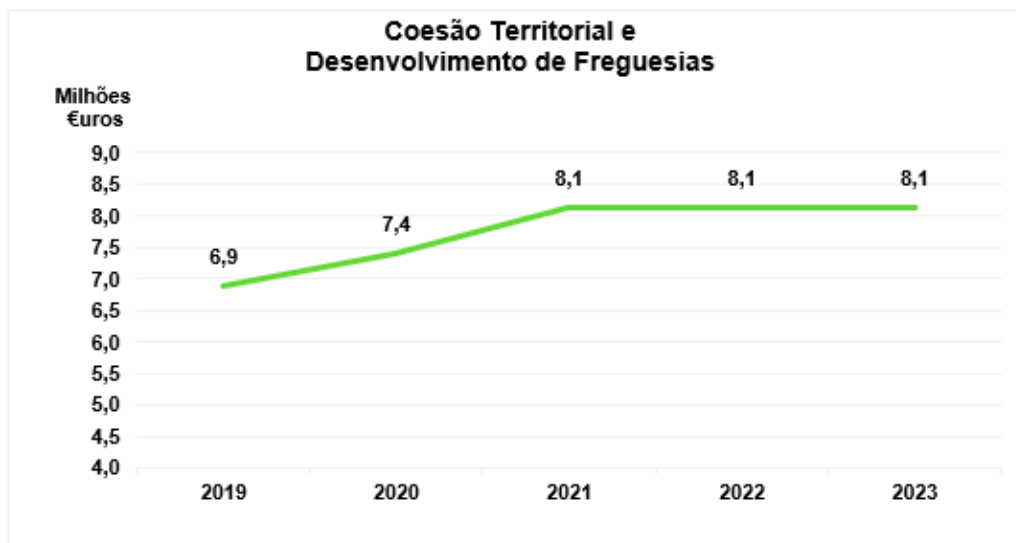
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO - A **Habitação** continua com uma relevância estrutural no presente orçamento. A procura e o desafio da execução da Estratégia Local de Habitação (ELH), desenhada pelo Município e que está a ser concretizada, numa primeira fase, através do **Programa 1.º direito**, exigem de todos uma absoluta dedicação para a sua concretização, num investimento total de **27 M€ até 2026, 18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Em 2022 implementamos uma equipa de 7 elementos, dedicada, em exclusivo, à execução do programa do **Programa 1.º direito**. Uma equipa multidisciplinar, que integra assistentes sociais, psicóloga, arquiteto, engenheiro, jurista e economista, que desenvolve um trabalho conjunto com as equipas de projeto, licenciamento, obras públicas, jurídico e coesão social do Município, ou seja, todos os serviços públicos internos e externos. Foi um ano de desenvolvimento de projetos que se traduzirá no lançamento de concursos no primeiro trimestre de início de 2023. A 2.ª fase da ELH, em discussão interna, em concertação com as equipas responsáveis pelas tarefas de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), tem como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos e intergeracionais a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes, vai ser efetivada no decorrer de 2023. A **Reabilitação Urbana**, através do programa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços públicos, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado da reabilitação de edificado particular, que acreditamos ver reforçado no período do **“Overbooking”** do PT2020, que decorrerá em 2023. A estratégia do executivo para a Reabilitação Urbana no concelho disponibiliza um conjunto de incentivos, a empresas e

particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas **12 Áreas de Reabilitação em vigor** (ARU Alvarães, ARU Barrocelas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa - desenvolvimento de estudo de requalificação urbana integral, ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, ARU Darque Cidade Nova, ARU de Lanheses e ARU de Vila Nova de Anha). Conscientes da emergente necessidade de respostas e encontro de soluções eficazes para as necessidades de habitação da classe média, quer pela opção da aquisição a custos controlados, quer pela opção do arrendamento acessível, promoveremos em 2023 um **“Estudo de Mercado Residencial em Viana do Castelo”**, que terá como **objeto** permitir um **conhecimento técnico aprofundado do setor** na área urbana e concelho, nomeadamente a caracterização da oferta e da procura, bem como da análise de perspetivas e tendências futuras e modos da sua operacionalização. **SERVIÇOS E PROTEÇÃO CIVIL** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais (nomeadamente de uma ambulância), de formação e o aumento do efetivo, investimentos fundamentais para garantir a operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** - É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraiam e fixem os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030 “Economia do Mar”** e dos seus objetivos: (i) Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da reindustrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado. Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema **“Retoma Através do Mar”**. A delimitação da **“Área Livre Tecnológica (ALT)”** para o setor

Offshore, em discussão pública, garantirá um ambiente/ecossistema absolutamente favorável para a afirmação de Viana do Castelo nos domínios da Economia do Mar (nos domínios das biotecnologias marinhas, da indústria das algas, da aquacultura, da energia eólica offshore), traduzida, no imediato, com real e efetiva procura de investimentos, individuais e em consórcio, nacionais e internacionais. Precisamos de um Porto de Mar como fator de desenvolvimento e alavanca das novas oportunidades relacionadas com a Economia do Mar, razão pela qual continuaremos envolvidos na construção do estudo, em desenvolvimento, para a determinação do um novo **PERFIL** para o atual **Porto de Mar**. As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e pelos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida, desenvolvimento económico, sustentabilidade** e, agora, **resiliência** que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafio económico e social, garanta a **aceleração** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecossistema de Inovação** que alcance políticas públicas sábias e inteligentes e que garanta um **“território encarado como um centro de facilidade, voltado para o futuro”**, que **fomente** a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade no ambiente da **economia digital**. Assim, continuaremos a apostar nas infraestruturas que qualifiquem a conectividade e a competitividade do Concelho, **com um investimento 16% superior** ao Plano de Atividades Orçamento de 2022. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** - Nesta rubrica destacam-se dois dos mais significativos investimentos, considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão sempre investimentos necessários e importantes que desejamos continuar a incrementar. Pretendemos uma **mobilidade sustentável**, pelo que estamos a desenvolver o plano estratégico designado por **“Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)”** com o objetivo de planear as infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências, quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Concorreremos para a consolidação das ciclovias e ecovias e, em especial, a travessia pedonal do rio Lima. Promover a implementação do novo sistema de transportes públicos e escolares, interurbano e

intermunicipal, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho de forma a garantir o ajustamento e a inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário (sistema intermodal), em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades do território, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte, será um objetivo pelo qual trabalharemos, garantindo a sua definitiva concretização. **AMBIENTE, QUALIDADE DE VIDA E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA** - O Ambiente continuará a ser interpretado de uma forma integrada e sustentável. O bem-estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta dando, por isso, importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Nesse sentido, estabelecemos para 2023, entre outros, dois grandes projetos de amplitude ambiental, para os quais precisamos de um envolvimento coletivo, e que são a operacionalização do *“Plano Municipal de Eficiência Energética”* e do *“Plano Municipal de Poupança de Água”*, que integram a campanha *“poupar hoje para garantir o amanhã”*. Sempre materializamos uma política assente no respeito pela natureza e no desenvolvimento sustentável do concelho. Por isso, medidas que visam a eficiência energética e a eficácia na gestão de recursos naturais, como a água, são já uma realidade nas políticas municipais que pretendemos agora aprofundar. Temos consciência que são projetos ambiciosos, mas a nossa pegada e consciência ambiental obrigam-nos a avançar e agir de forma responsável. Daremos, também, continuidade aos investimentos de **ampliação** nos domínios do **abastecimento de água** e das **redes de drenagem de águas residuais e pluviais**, de forma transversal ao concelho, num investimento superior a **4 M€**, no momento, já em cumprimento de formalidades e procedimentos de concurso de empreitada pública. Ainda no domínio das infraestruturas básicas continuaremos a pugnar, junto das Entidades **Águas do Norte** e **Águas do Alto Minho**, pelos investimentos na ampliação (responsabilidade das AdN), requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, e com a selagem definitiva do antigo aterro em Vila Fria, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamentos sustentáveis com foco nos bioresíduos. Os espaços florestais, através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, como as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede viária florestal, continuarão a garantir e consolidar a cooperação com todos

os agentes da gestão e proteção civil, com particular destaque com a Associação Florestal do Lima (AFL) - SF 08-111, com a Comissão de Compartes do Baldio de Carvoeiro - SF 03-111 e com a Associação para a Cooperação Entre Baldios (ACEB)- SF 21-111, organizações que garantem o normal e a desejável operacionalização das equipas de Sapadores Florestais respetivas, **num esforço financeiro do Município superior a 400 mil euros**. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios e as praias são domínios que investiremos com prioridade. A classificação da Serra d'Arga e o Geoparque são projetos que se destacam pela multidisciplinaridade e sustentabilidade do território que queremos **valorizar, proteger e requalificar**. Afirmamos a integração dos espaços naturais e rurais no Turismo, promovendo ações e investimentos que valorizem o nosso património natural, a cultura, tradições, desporto da natureza e a nossa gastronomia. Como exemplo, tomamos a classificação da Serra D'Arga e o projeto em desenvolvimento sobre os Garranos e suas dinâmicas, espécie autóctone que pode impulsionar o turismo equestre, impactando a economia local e regional. O elevado potencial de atratividade e qualidade, amplificado, projetarão, ainda mais, o reconhecimento da região como destino de excelência e de valor natural como o projeto do Geoparque revela. O Observatório do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se destacará o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, associados à rede de trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parques de Recreio e Lazer, constituem investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, promovendo holisticamente as políticas municipais do ambiente com a educação, a cultura, a saúde e o desporto. O setor da agricultura e os espaços rurais do concelho fazem parte da estratégia de valorização: Áreas como a do PIERARCA e a bolsa de terras, permitirão incrementar a exploração dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local tradicional e biológica, com excelente contributo para a redução da pegada ecologia e alcance da desejável neutralidade carbónica em 2050. **COESÃO TERRITORIAL / FREGUESIAS**



Um território cada vez mais coeso só é possível através de um sistema que promova a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 M€ (12,8%** das Grandes Opções do Plano), no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **GOVERNANÇA, TRANSIÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO** - A aposta contínua na qualificação das pessoas, alicerçada numa forte aposta na inovação tecnológica e na difusão do saber e do conhecimento - através de um novo modelo de cooperação entre o Município, a Academia e os Centros de Investigação e Desenvolvimento- aumentará a qualidade da literacia digital e reforçará o ecossistema de inovação no concelho, garantindo prosperidade. Estamos efetivamente comprometidos com uma real transição digital de Viana do Castelo, garantindo um concelho mais digital e, conseqüentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Assumimos a digitalização como motor transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo concluir a reestruturação da instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município nos diferentes

sectores na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. **Instalação** de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma **“Smart City”**; 2. **Capacitação** e inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 2. **Transformação** digital do tecido empresarial através da criação de um **“Digital Innovation Hub”** - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 3. **Promoção** da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Entendemos a Digital e a Inovação como o caminho, porque somos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a **“Polis”** e da sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos e novos modelos de administração que garantam a partilha de informação e participação social. Continuará a ser um processo partilhado e construído com um conjunto de agentes relevantes do território, destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra, como o **“DataColab”**, a Aceleradora, as Incubadoras, ou possa vir a integrar.” E “Viana do Castelo está na linha da frente dos municípios com melhores práticas no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), estando em linha com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido pela Resulima. Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) iniciaram um novo ciclo de gestão em 2021, um novo executivo municipal e um novo conselho de administração dos SMVC. Esperança foi a palavra que mais utilizamos em 2022, apostamos na comunicação para demonstrar o que de melhor fazemos, reforçamos as parcerias com as escolas do concelho e com a academia, designadamente, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Para 2023 prevemos que desta parceria comecem a emergir resultados, jovens mais consciencializados com o ambiente, jovens mais responsáveis e conhecedores da importância que uma correta separação e gestão de resíduos pode ter no presente e no futuro. Reforçar as competências e responsabilidades dos SMVC será também um desafio, a limpeza de praias à semelhança de 2022, desmatação de ecovias e

manutenção de passadiços será da total responsabilidade desta equipa, que será inevitavelmente reforçada em 2023. A preocupação e cuidado com a limpeza pública, mantendo o patamar de excelência destes serviços, o reforço de projetos como o “Viana Abraça” potenciando a recolha de bioresíduos e o reforço da recolha de têxteis farão também parte da nossa missão para 2023. A redução da deposição de resíduos em aterro é um objetivo para cumprir, quer para diminuir a despesa dos SMVC podendo canalizar essas verbas para investimento, quer para contribuir para um ambiente melhor. O investimento em equipamentos sofisticados para responder às necessidades identificadas pela população está nos nossos horizontes, assim como a otimização e modernização dos nossos sistemas e recolha, sistemas estes já muito avançados, como é o caso da carga lateral onde fomos pioneiros. A formação será também um desafio, colaboradores com maior formação tem como resultado melhores serviços prestados à comunidade, entendemos que a formação é a base para qualquer trabalhador ter consciência dos seus direitos e deveres no local de trabalho, queremos contribuir para ter trabalhadores melhor informados e conscientes das funções que desempenham. O bem-estar dos nossos colaboradores, recursos essenciais para manter o bom funcionamento dos SMVC continuará a ser uma das nossas prioridades, por isso vamos investir para que estes tenham ainda melhores condições no seu local de trabalho. A certificação integral de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, de responsabilidade social e investigação, desenvolvimento e inovação continuará a ser uma aposta estratégica para que possamos estar na linha da frente na altura de aceder a candidaturas para melhoria dos sistemas de recolha de resíduos e inovação através de alguns projetos piloto que estão a ser preparados. Todo o trabalho que pretendemos fazer não seria possível sem o reforço da participação dos SMVC na rede de parcerias a que pertence, esta, é também uma aposta crucial para atingir as metas a que nos propomos, é nestes fóruns que encontramos os parceiros adequados para evoluir e partilhar o que de melhor se faz nacional e internacionalmente. Estas parcerias, nomeadamente: a Associação de Limpeza Urbana (Parceria para cidades + inteligentes e sustentáveis), a Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA) e a Association of Cities and Regions for sustainable Resource Management (ACR+), permitem-nos adquirir e partilhar conhecimento no domínio da gestão dos resíduos e da limpeza pública. Deste modo, destacamos o reforço de competências dos SMVC e o empenho no plano estratégico (PERVIANA 20230) que queremos ver terminado e executado até 2030, só assim conseguiremos garantir que continuamos na linha da frente na Gestão de Resíduos Urbanos, na limpeza pública e em todos os serviços que os SMVC prestam aos cidadãos. (a) Luis Nobre.”.

Finda a discussão e analisados todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 4 votos a favor 2 votos contra e 2 abstenções, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei

nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Ricardo Rego e Fabíola Oliveira os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Paulo Vale e a abstenção das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - Um ponto prévio e necessário. Em Dezembro de 2021, aquando da minha intervenção e declaração de voto sobre o Plano de Actividades e Orçamento respeitante ao ano de 2022, ainda em curso, afirmei, entre outras coisas menos simpáticas, “não nos revermos nalguma ligeireza e vacuidade da apresentação de parte das propostas inclusas na nota explicativa e introdutória”. Durante este fim de semana de reclusão, ao estudar e fazer uma aturada leitura comparativa dos Planos de Actividades e Orçamento de 2022 e de 2023, apercebi-me do seguinte: os dois exemplares do PAO para 2022 que recebi, em papel – sim, foram dois os que recebi, em papel -, bem como o que recebi por e-mail, tinham em falta 17 páginas de nota explicativa. Remeteram-me, pois, apenas 4 das 21 páginas que deveria receber. Mais: estavam paginadas, sem qualquer falha, pelo que não terá sido algum problema com a reprodução. 17 páginas a menos!!! Espantoso e inexplicável, no mínimo. Mas isto explica o meu desagrado e os termos da apreciação que fiz então. Não sei se na altura terá ficado a ideia de alguma ligeireza e injustiça da minha parte. Não foi o caso. Apenas não tinha os elementos suficientes! Indo agora ao PAO para 2023. Noutra registos. A hora vai avançada e tendo presente que a economia, as finanças e a ideologia já foram escarpelizadas pelos senhores Vereadores que me antecederam, tentarei em representação do CDS, ser positiva, construtiva, esperançosa e breve! Com esse propósito entendi encurtar o que tencionava aqui afirmar esperando ter tido a lucidez para que, o que mantive, continue coerente e articulado. Assim sendo, é de inteira justiça afirmar que a nota explicativa e introdutória é pormenorizada, clara e elucidativa. Articulada. Continua a verificar-se a transição de intenções e da concretização de diferentes objectivos ao longo do tempo, decorrentes da sua plurianualidade, que justifica elencar as intenções vindas de trás, em progresso ou a executar. Apesar de, valha a verdade, não passarem por aqui, pela reunião de Câmara, a maior parte das decisões relativas aos Planos de investimento e municipais, temos que reconhecer a ambição e de lhes desejar sucesso. Contudo, não posso

deixar de chamar a atenção para os imponderáveis, os constrangimentos e contingências surgidos recentemente e que se anteveem, decorrentes da inflação e da Guerra na Ucrânia. Justificam que haja algum cuidado, reserva e sensatez na definição das prioridades. Daí que na reunião preparatória das principais linhas orientadoras do Plano de Actividades e Orçamento para 2023, pese embora os compromissos do Plano de Actividades e Orçamento e as suas implicações na sua componente plurianual, o CDS-PP entendeu ser de propôr que fossem consideradas algumas sugestões que não afectariam de forma significativa as receitas e o equilíbrio financeiro da Câmara. Dissemos e reiteramos na reunião o que já fizemos aqui hoje. Que nestes tempos de dificuldade generalizada, deviam os residentes no Concelho receber um sinal inequívoco de que são uma prioridade para o executivo. Isso é determinante para o CDS-PP. É um princípio sempre presente, quer nas suas intervenções e propostas, quer nas decisões que acompanha e que - é nossa convicção -, têm sido sensatas, construtivas e imbuídas de um espírito de contribuição para um melhor governo local. Na verdade, uma das principais preocupações e obrigações da autarquia, como órgão de proximidade privilegiado, é - tem de ser -, o bem-estar das pessoas, dos seus munícipes. Que também se afirma neste Plano de Actividades e Orçamento, que cito: “criar a mudança e qualidade de vida dos Vianenses”, “uma política fiscal do município para as famílias”. Contudo, e paradoxalmente, tal não se verifica. É certo que o executivo tem cumprido no apoio às iniciativas que lhe são solicitadas nas diferentes áreas, sejam elas social, desportiva, cultural, turística ou outra que, reconheça-se, continua a contemplar neste plano de Actividades e Orçamento para 2023. Mas deve também ter a iniciativa de proporcionar de forma palpável, concreta, medidas que façam a diferença no “bolso” cada vez mais vazio dos residentes. Lembro que há notícias veiculadas pelos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que relatam que, actualmente, há mais de 1200 processos de pessoas com carência alimentar e económica no Concelho. São dificuldades sociais generalizadas, o que nos levou a falar sobre as taxas municipais, na reunião preparatória na audição que nos fez sobre o PAO, e que referimos aquando da apresentação e da votação da proposta da maioria socialista, constante no ponto 9 da Ordem de Trabalhos de hoje, a fixação do IMI. Seria uma clara forma de apoio, que com toda a certeza seria bem acolhida por todos, face aos tempos difíceis que já correm e que, presumivelmente, irão piorar, mas que não foi contemplada na dimensão que esperávamos. Pelo contrário. Foi “dar com uma mão e tirar com a outra”. Mas adiante. Apraz-nos registar ter sido considerada outra das propostas do CDS. É consabido que o CDS-PP reconhece o esforço do investimento da autarquia na Educação em todas as suas vertentes. Não tem apenas presente o que decorre das competências transferidas e aceites e da descentralização. Ainda assim,

entendemos ser de salientar, nessa reunião preparatória, a desigualdade das condições de funcionamento que oferecem algumas escolas do Concelho, essencialmente na zona urbana, dadas as necessidades prementes de intervenção. Concretamente, referimo-nos às Escolas EB2,3, da Abelheira, e à EB2,3 Pedro Barbosa. Foi já reconhecida, publicamente e aqui, a prioridade da intervenção na Escola EB2,3 da Abelheira e sobre a qual fiz aqui várias intervenções. Não obstante, e uma vez mais (porque já o propusemos no anterior PAO e ainda em curso), o CDS-PP propôs que fosse sinalizada formalmente a intenção de realizar em breve essa intervenção, através de dotação a inscrever neste Plano de Actividades e Orçamento. O mesmo dissemos quanto à Escola EB2,3 Pedro Barbosa, em que, segundo as notícias que nos chegaram, há necessidade de um programa de intervenção de requalificação de algumas áreas da escola, pelo que o respectivo orçamento deveria ser igualmente inscrito neste Plano de Actividades e Orçamento. É com muito agrado que vemos que ambas as sugestões foram atendidas. Estão contempladas, finalmente. Esperemos que no final do ano escolar haja sinais concretos, ou seja, que a intenção saia do papel, para que a comunidade escolar destas escolas volte a ter esperança. Outras propostas fizemos, que não foram consideradas. Mas entendemos que não ser oportuno enunciar ou anunciá-las agora. Fá-lo-emos na altura própria. De forma mais geral, tomamos devida nota dos valores constantes nas Grandes Opções do Plano que, em termos comparativos com as previstas para o ano em curso, têm algumas variações significativas, mormente no que respeita à protecção civil, à habitação e urbanização. As restantes ou mantêm os valores aproximados ou sofrem algum incremento, apenas significativo no Desporto e Lazer, que se justifica devido aos compromissos afectos à escolha de Viana para Cidade Europeia do Desporto. Contudo, no que respeita às freguesias - cujas carências sobejamente conhecidas são inversamente proporcionais à sua importância como órgão fundamental de proximidade às populações, na sua capacidade de resposta imediata às necessidades dos seus fregueses -, verifica-se uma inalteração, uma estagnação dos valores que se prolonga desde 2021, o que é surpreendente, pela negativa. Para boa compreensão, entendo ser de solicitar que o senhor Presidente nos elucide quanto aos reparos que acabei de fazer e que não foram claros aquando da sua intervenção. Como decorre do exposto, é com satisfação que vemos aceites e contempladas algumas propostas apresentadas pelo CDS, com o que nos congratulamos. Porém, entendemos ainda não ser bastante e que o Executivo podia e devia ter ido mais longe. Pese embora as cautelas necessárias dados os riscos resultantes de imponderáveis que nos ensombram actualmente o horizonte, desejamos que, apesar das nossas reservas, este PAO, e as opções nele plasmadas, possam ter o sucesso que os Vianenses merecem. Mas, não sendo um acto de fé a aprovação de bem-intencionados Planos de Actividades e Orçamento, o

CDS decide abster-se na sua votação. No que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, de forma breve, é de dizer que, considerando os desafios e até as vicissitudes que têm enfrentado os seus trabalhadores, num trabalho digno e difícil - que notoriamente tem evoluído no que respeita à inovação de processos e evolução no desempenho -, esperamos que o serviço público que prestam no Concelho continue a ser reconhecido e valorizado por todos. (a) Ilda Araújo Novo.”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU – Introdução** - A análise de um documento deve ser feita com a devida atenção e rigor, muito mais, quando se trata de uma projeção que interfere direta e indiretamente com a vida quotidiana dos cidadãos. Este rigor não pode ou não deveria ser descuidado, nem muito menos menosprezado pelos seus pares, ou seja, por todos nós, que temos responsabilidades para a qual fomos eleitos e mandatados. Assim, não posso deixar de exprimir o meu desagrado no que diz respeito à distribuição tardia deste *Plano de Actividades e Orçamento* para o ano de 2023. Um documento com 123 páginas (mas se acrescentarmos o documento do SMVC são 137), e ainda por cima com uma ordem de trabalhos de reunião ordinária com 28 pontos, sendo alguns deles de análise também rigorosa (ponto 9,10,12,17 e 18), onde um outro documento contém 46 páginas, demonstrando uma falta de sensibilidade e de visão democrática para com os órgãos eleitos em minoria. Apraz-me ainda referir a bom rigor, que o somatório do **copia e cola**, denominado maioritariamente pelas massas como *“Copy Paste”*, na parte descritiva das Grandes Opções do Plano (GOP), é sinónimo de pouca visão estratégica, iniciativa, pro atividade e sobretudo uma continuidade do mesmo, em que pouco ou nada é acrescentado para o ano de 2023 uma romaria de promessas repetidas ano após ano. Na panóplia de dificuldades com as quais vamos sendo confrontados: descentralização de competências, pandemia, guerra na Ucrânia e inflação, sendo que quem mais sente, será como sempre os mesmos, a população, e que, face ao aumento do custo de vida, necessita de maior apoio, parece-nos que em muito pouco, estas necessidades/dificuldades aqui se encontram explanadas. Esta também nos parece ser a realidade percecionada pelo governo central, pois as verbas direcionadas (transferência de competências) para os municípios, não acompanha as necessidades territoriais e as exigências para sectores essenciais na vida das populações. Sempre dissemos que o assunto da descentralização de competências deveria de ter sido aprimorado e acautelado, e que os municípios não deveriam assinar documentos em branco, pois o esforço financeiro seria bastante e dever-se-iam acautelar cenários inoportáveis para as instituições e por sua vez para as populações. Citando José Maria Pós de Mina^{1*} *“Cautelas e caldos de galinha, nunca*

¹ *Gestor de empresas; Consultor de diversas empresas; até 2020, Presidente do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios

fizeram mal a ninguém...”, “... a transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções em causa, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações...” fim de citação. Exigências que vemos agora explanadas neste documento, que dificultam ainda mais a gestão autárquica pois é necessário encontrar respostas, é fazer o muito com pouco. Continuamos a afirmar o que em tempos defendemos, que devem manter-se no Estado a universalidade das funções sociais, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade, no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

Desenvolvimento - A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste Plano de Atividades e Orçamento para 2023, que passo a referir: ◆ O aumento geral da despesa corrente; ◆ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento, decorrente da redução global das receitas correntes. ◆ Também a médio prazo e em virtude da inflação poderá surgir uma redução da cobrança de IVA, IRC e IRS e uma diminuição na participação dos impostos do Estado; ◆ Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos; ◆ Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafectação de recursos. Basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas quer para as receitas, quer para as despesas e sobretudo, nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2023. Da análise, essencialmente política que nos compete fazer, destacamos do quadro 1 (Receitas): 1- Denota-se um aumento na receita dos impostos diretos, taxas, rendimentos de propriedade que nos leva a interpretar que a pandemia estabilizou receitas do município que agora estão a voltar ao seu normal, o que é positivo. Em contrapartida a receita nos impostos indiretos é bastante inferior ao ano 2022, com uma diferença de aproximadamente de 250 mil euros, deduzindo que temos menos faturação no imposto automóvel e no IVA. O mesmo sucede na venda de bens e serviços. No geral percecionamos um aumento das receitas correntes comparativamente ao 2022 em mais de 2 milhões de euros. Gostaríamos ainda de realçar nas receitas de capital, o esforço nos passivos financeiros, onde surge uma redução significativa em

mais de 4 milhões de euros. 2- Prevê-se um aumento em cerca de 4 milhões € nas despesas correntes e pelo contrário uma diminuição em cerca de um milhão nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais			
Receitas	Montantes		
Receitas correntes	2023	2022	
Impostos diretos	24.783.242,73	23.343.812,74	
Impostos indiretos	101.589,63	342.418,55	Menor
Taxas, multas e outras penalidades	1.609.129,78	1.065.829,84	
Rendimentos de propriedade	75.000,00	18.848,75	Maior
Transferências correntes	31.631.876,82	29.995.706,94	
Venda de bens e serviços correntes	6.590.000,00	7.174.625,55	Menor
Outras receitas correntes	505.000,00	1.217.069,08	Menor
Total das receitas correntes	65.295.838,96	63.158.311,45	Maior
Receitas de capital	2023	2022	
Venda de bens de investimento	590.958,24	547.230,22	
Transferências de capital	36.923.857,05	32.098.499,32	
Ativos financeiros	1.000	1.000€	
Passivos financeiros	8.116.135,46	12.223.441,12	Menor
Outras receitas de capital	250.000,00	250.000,00	igual
Total das receitas de capital	45.881.950,75	45.120.170,66	
Totais gerais	111.177.789,71	108.278.482,11	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas no quadro 2 – GOPs – Grandes Opções do Plano, aferimos que:

Quadro 2 . GOP

Objetivos	2023	2022	Diferenças observadas	2021
Educação 2	8.745.307,36	8.444.242,26	+ 301.065,1	8.890.833,18
Cultura 7	3.916.934,75	4.490.124,86	- 573.190,11	8.456.281,64
Desporto e Lazer 5	6.598.042,26	3.966.156,78	+2.631.885,48	Estavam juntas
Coesão Social 9	3.016.000,00	2.972.000,00	+ 44. 000	2.735.532,89
Saúde 11	2.337.898,89	1.748.704,05	+ 589.194,84	748.551,74
Habituação e urbanização 4	7.035.288,61	12.315.209,19	- 5.279.920,58	10.620.998,65
Ciência, Conhecimento e Inovação 14	186.000,00	110.650,00	+ 75.350,00	513.824,85
Proteção Civil 13	817.063,66	1.420.844,22	- 603.780,56	1.591.608,47
Desenvolvimento económico 6	5.520.223,45	4.774.000,00	+ 746.223,45	1.762.579,56
Comunicações e Transportes 8	3.094.456,19	2.638.000,00	+ 2.830.656,19	5.448.306,21
Ambiente e Qualidade de Vida 1	8.806.422,81	6.483.479,59	+ 2.322.943,22	7.239.306,99
Serviços Municipais 10	2.710.559,10	3.070.741,02	- 360.181,92	3.262.340,43

Coesão territorial Desv. Freguesias 3	8.130.,740,00	8.130.740,00	Igual nos últimos 3 anos	8.130.740,00
Transferência/administrações 12	2.161.794,42	1.756.158,80	+ 405.635,62	2.158.158,80
Ativos financeiros 15	677.000,00	791.364,70	-114.364,70	1.530.036,03

1 - Áreas essenciais, necessárias e consagradas na nossa CRP (Constituição da Republica Portuguesa) para a população, como a habitação, e apesar de aparecer em 4 posição com 11,04% do investimento orçamental e mencionada na descrição informativa (pág.3) como um dos reforços do investimento da iniciativa municipal, ficamos estupefactos com a redução de 5 milhões e 300 mil, comparado com o ano 2022, sendo para nós assim incompreensível, denotando as prioridades deste executivo em maioria e do seu desfasamento da real necessidade da população; 2 - Apesar de aparecer em 4 posição com 12,75%, como opção relevante, a Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias, possui o mesmo montante que nos últimos 2 anos, como se nas freguesias a inflação seja uma utopia ou isenção. Podemos concluir que o estado não acompanha definitivamente as competências transferidas e a real necessidade do território; 3- Cultura com 6,4% do orçamento para 2023 ou seja com menos 573.190,11 que o orçamentado no ano de 2022. Poderemos deduzir que um dos nove eixos estratégicos da proposta eleitoral do PS “Cultura com identidade” começa a ficar desfalcado, restando somente 2 anos para investir nesta área; 4 – A proteção civil aparece como 13 opção com 1,28% ou seja com menos 603.780,56, valor inferior aos 2 últimos anos. Facto também evidenciado na descrição informativo (pág.20) que pouco acrescenta ao ano anterior. 5 - Destacando a saúde e denotando-se o modelo de gestão de responsabilidades com foco na Entidade Pública Empresarial (ULSAM) sendo “pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual é aplicado o regime jurídico do setor empresarial do Estado” in: <https://www.ulsam.min-saude.pt/category/institucional/missao/>. Podemos aferir que a responsabilidade do município é diferente de outras exigências transferidas pelo Estado, sendo o investimento inferior, numa percentagem de 3,67% no orçamentado, encontrando-se na 11ª posição. O foco desta previsão orçamental vai sobretudo na qualificação das instalações e nos equipamentos de saúde existentes, continuando a assegurar condições de âmbito geral para utentes e profissionais, garantido a qualidade nos serviços. 6 – Coesão social referido como “ano desafiante”, apraz-me dizer que será o ano do tudo ou quase nada, consequência da última responsabilidade das transferências de competências do estado para os municípios. Apesar de aparecer em 9ª na posição das opções, com 4,73% do investimento orçamentado, parece-nos pouco, devido às respostas que irão ser assumidas e sobretudo quando se fala em toda a responsabilidade de

gestão do serviço de atendimento, apoio social e RSI. Sabendo que o concelho ao nível de RSI acompanha cerca de 500 agregados familiares, que são redistribuídos por áreas territoriais, divididas em 4 zonas de intervenção, 2 na margem sul e 2 na margem norte, gostaríamos de referir: Como pretendem intervir sabendo que recursos humanos, recursos materiais, logísticos e financeiros são essenciais para a continuidade de um bom e eficiente funcionamento e o que está previsto em orçamento poderá não acompanhar as reais necessidades? Sabendo ainda que o trabalho deverá ser realizado *in loco*, em territórios indoor e outdoor e que a experiência nestes contextos está no trabalho de terreno que foi desenvolvido pelo 3^a sector nestes últimos 12 anos! Como se consegue em 6 meses adquirir tanta informação e contacto real com os territórios e população beneficiária, suscetíveis a vulnerabilidades sociais de dimensão e padrões diferenciados? Não chega minimizar e nem muito menos mitigar, é preciso fomentar intervenções de modelos de referência e de motivação, tal como refere Maslow ao estabelecer uma hierarquia de necessidades, em que define cinco categorias de necessidades humanas: fisiológicas, de segurança, afeto, estima e as de auto realização. Como sabem, esta teoria é representada por uma pirâmide onde na base se encontram as necessidades mais básicas pois estas estão diretamente relacionadas com a sobrevivência. Está o município devidamente consciente destes fatores e das reais dificuldades? São estas algumas das nossas preocupações, não queremos ser derrotistas quanto à sua aplicação mas conhecendo a realidade, temos algumas dúvidas até porque outras áreas fulcrais como a habitação, onde o edificado do IRUH passa a também a ser tutelado pelo município e está na Coesão Social, carecendo de grande investimento não só material mas também ao nível dos recursos humanos.

7 - Comunicações e transportes aparece na 8^a posição em 4.85% do investimento, sendo bastante inferior ao ano passado. Apesar disso é destacado “como dois dos mais significativos investimentos estruturantes”, tais como a Via de acesso à área empresarial do Vale do Neiva, já praticamente concluída e a Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 e a EN202, este último praticamente financiado na totalidade pelo PRR. Não menosprezamos tais investimentos e acreditamos que poderão ser alavancas de desenvolvimento municipal no seu todo, mas não podemos esquecer tantas outras formas para este mesmo desenvolvimento. A exemplo, podemos destacar a disponibilidade de transportes públicos (mobilidade sustentável) até porque ainda não sabemos quais as verbas destinadas do governo central para as medidas como o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e o PROTRANSP (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), medidas que deveriam ser contínuas e acauteladas nesta previsão orçamental no caso de redução ou falhas.

8 - A GOP que se encontra na 6^a posição é

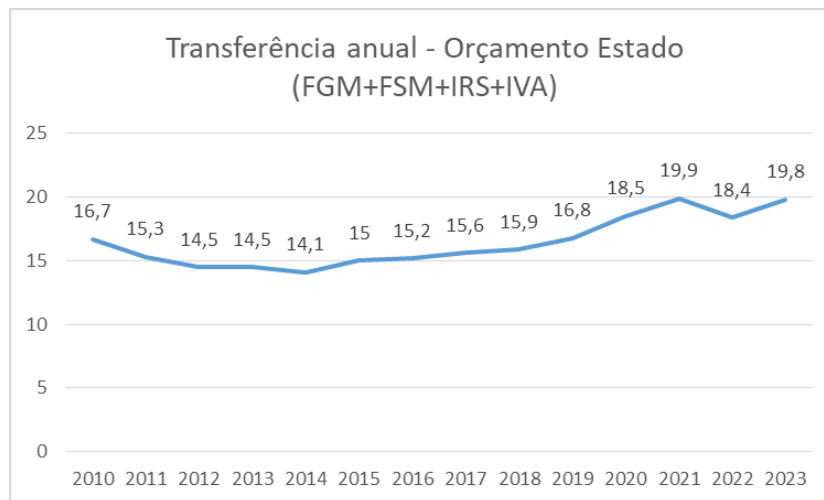
destinada ao desenvolvimento económico com 8,66% do investimento orçamental, o que nos parece razoável com focos mais destacados para a **Agenda 2030 “Economia do Mar”** e suas derivações económicas. Mas não podemos deixar de salientar que em lado nenhum desta rubrica é mencionado o novo mercado municipal, fator bastante primordial, importante e também estratégico pra o desenvolvimento económico do concelho. A menção deveria ser explanada até porque estamos perante a abertura de um novo quadro comunitário onde tudo tem de estar praticamente preparado para se avançar na sua concretização e na busca de soluções caso este novo quadro comunitário não preveja estas ações. 9 – Por último, mas não menos importante, até porque aparece como sendo a 1ª Grande Opção do Plano, temos o **Ambiente e a Qualidade de vida** com 13,81%, perfazendo um investimento perto dos 8 milhões e novecentos mil (8.806.422,81). Defendemos também que o Ambiente deverá ser interpretado de uma forma integrada e sustentável, Citando o – PAO de 2023 da CM “o bem -estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável”. Assim, e percebendo tudo o que diz respeito ao ambiente porque está bem explanado no texto, ficamos é sem perceber como erradicamos ou mitigamos a pobreza no concelho, pois não é referido em parte alguma. A pobreza não pode de forma alguma ser “sustentável” por isso é incompatível com o bem-estar coletivo, onde devemos e teremos de dar particular importância reforçando medidas estratégicas e que acompanhem e ajudem no combate ao problema. Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS, a reflexão leva-nos a questões sobre o bem-estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transato. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo distrito são meramente operações cirúrgicas em ambulatório? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão interligados e não alienados um do outro, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população. Até para a cultura existe um decréscimo para o seu desenvolvimento expressivo. Na educação, observamos que cada vez mais é exigido mais e melhor mas com menos. Isto leva-nos a reforçar o que temos dito sobre a maleabilidade e o processo erróneo que foi e é a transferências de competências para as autarquias. O estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidades nos municípios, apraz-nos dizer: “salvem-se como puderem”. A educação é fundamental e essencial no desenvolvimento das pessoas. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado, sem desenvolvimento global a evolução é meramente estética e residual. Continuamos a questionar

este executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências? Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população ao longo deste mandato, os representantes dos eleitos da CDU-PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visavam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população. Dentro dessa série de propostas, destacamos com maior relevo: ♦ **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edifício exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados. ♦ **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovia Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende**, a (re) construção de uma travessia pedonal e ciclável sobre o Rio Lima; ♦ **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações; ♦ **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano, alargando o seu itinerário entre todas as freguesias do concelho e polos industriais; ♦ **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28. ♦ **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar**; ♦ **Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike; ♦ Alavancar a **casa municipal da juventude** com oficinas de arte e literacia (antigo matadouro). ♦ **Proceder ao levantamento do património habitacional municipal** para reabilitar e arrendar a custos controlados e renda condicionada, para responder às necessidades da população. **Conclusão** - A construção de um Plano de atividades e orçamento não é tarefa fácil, bem sabemos, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que o executivo em maioria está um pouco desfasado da realidade do país e do mundo, não prevendo ou pelo menos não valorizando o que o novo ano poderá trazer em dificuldades gerais para as famílias. Uma oportunidade perdida, da maioria PS no executivo, mostrar que está disponível para ouvir e poder adotar/integrar algumas das propostas que a oposição possa ter, que melhorem o orçamento. Mas não, ao contrário de bons exemplos da gestão autárquica que temos pelo país, onde as reuniões ao abrigo do estatuto do direito de oposição servem para também para acolher algumas das propostas apresentadas pela oposição, a maioria absoluta deste executivo não deixa que tal heresia possa acontecer ou quando de longe a longe acontece dificilmente as assume como sendo propostas lançadas pela oposição. Não interessa se são boas propostas e exequíveis, não interessa se os custos dessas propostas são residuais para o orçamento, mas como não são da

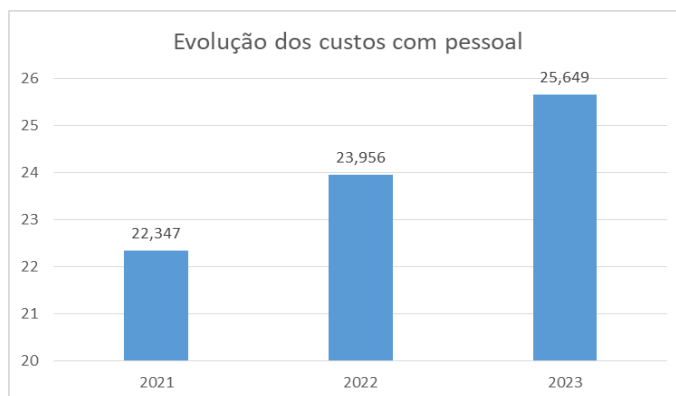
maioria, não interessam... É certo que tem maioria absoluta e que do ponto de vista legal o podem fazer, mas em democracia, a participação deverá ser coletiva pois acreditamos que várias ideias enriquecem o desenvolvimento do Concelho. Por último e tentando mais uma vez a lei da persistência (algo que nos caracteriza) gostaríamos de reforçar 3 medidas que temos como importantes e que a nível orçamental poderá ser ajustada sem grande moessa, sendo elas: 1. O PIER na promoção e no desenvolvimento destes territórios “valorização económica social e ambiental desse imenso território”, como era descrito no PAO de 2016, de modo a que os produtos da terra possam ser devidamente escoados! 2. Perceber por que motivo os Agrupamentos Escolares que englobem Escolas do 1º Ciclo ensino básico, no ato de contratação de professores para a área das expressões não devam ter em conta as turmas do 1º CEB, uma possível saída para que o M. Educação possa criar condições para o cumprimento integral dos programas do 1º CEB, libertando as verbas própria do município que vêm sendo gastas neste domínio e que poderiam ser aplicadas em outras áreas, como, na produção artística juvenil. 3. considerada uma verba a afetar para alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestonária, em conformidade com o artigo 158 da Lei do Trabalho em funções públicas e que abrangem todos os trabalhadores que reúnam os requisitos. Assim, e por toda a exposição apresentada e de encontrarmos aspetos que teremos de considerar como positivos no documento, consideramos que mais poderia ser feito, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu, pelo que a CDU irá abster-se. (a) Claudia Marinho.”

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - Na sequência reunião de vinte e nove de Novembro da Camara Municipal de Viana do Castelo e relativamente à apreciação do **ponto n.º 11º** da Ordem de Trabalhos (OT) – Plano de Atividades e Orçamento da CMVC e SMVC - 2023, no que se refere à votação dos Vereadores do PSD, perante os documentos apresentados e considerando que: ♦ A análise do Plano de Atividades e Orçamento da CMVC e SMVC – 2023, foi inserida numa reunião do executivo camarário com mais 27 pontos em análise, nomeadamente a análise do lançamento da derrama sobre o lucro tributável do IRC relativo ao ano de 2023 e a fixação das taxas de imposto municipal sobre imóveis. ♦ O documento em análise contem um total de 137 páginas, entre os orçamentos da Câmara e dos SMVC, tendo sido entregue aos Vereadores da oposição apenas com três dias uteis de antecedência, o que manifestamente é insuficiente para uma análise minuciosa e ponderada aos documentos apresentados. Considerando as contingências acima identificadas e numa primeira análise que fizemos ao documento, podemos concluir que este não seria este o nosso orçamento, trata-se de uma mão cheia de muito pouco, por não ir ao encontro do auxílio às empresas e às famílias que passam por dificuldades. Apelidar este orçamento como o “maior

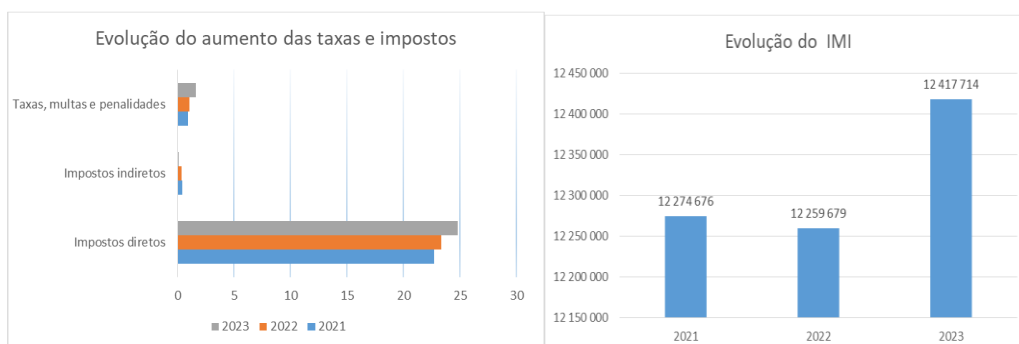
orçamento de sempre” só por mera demagogia, poderá sê-lo em valor absoluto mas não em credibilidade, até porque ainda não é conhecido o grau de execução do orçamento anterior, sendo este o parâmetro que define a qualidade e a fiabilidade de um orçamento. Com as transferências provenientes do Orçamento do Estado para 2023 a registarem um aumento de 1,4 M€, ficando apenas a 100.000€ do máximo atingido em 2021, o que permitiria uma “almofada” adicional relativamente ao orçamento anterior, contudo, vemos esse valor a ser absorvido na sua totalidade com a subida da massa salarial em mais de 2,4 M€, fruto de um aumento salarial mas também de um desproporcional aumento do quadro de pessoal para 2023.



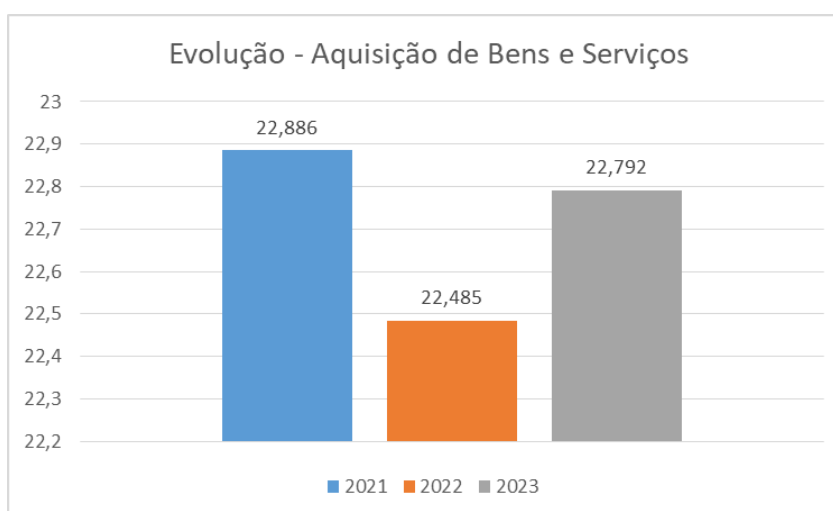
Verifica-se um aumento substancial dos custos com o pessoal na ordem de 1,6M€, com uma dotação de 25,6M€ para o ano de 2023, correspondendo a cerca de 23,1% do orçamento, uma parte será absorvida pelo natural aumento dos vencimentos, mas uma grande parte assenta na previsão do aumento do quadro de pessoal em 8,4%, ficando com cerca de 31% de vagas a suprir (quadro atual de 1342 e futuro com 1.757) agravado ainda por uma organização interna sustentada num organograma onde abundam os quadros dirigentes, caminhado para uma pirâmide organizacional invertida, onde a classe dirigente é maior que a base. De notar que a transferência anual do Orçamento do Estado não é suficiente para cobrir os custos com pessoal. Dada a aposta na digitalização e a conseqüente otimização de processos e forte investimento na informatização, seria espetável maior contenção na contratação de pessoal, mas pelo contrário verificamos um aumento significativo do quadro de pessoal, em alguns casos de duvidosa utilidade aparentando ser “um fato feito à medida”, como seja o caso da criação de um cargo Diretor Delegado (DD) nos Serviços Municipalizados (SMVC), quando estes se encontram esvaziados de serviços que foram transferidos para a ADAM e para a Resulima, para além de constituir um verdadeiro atestado de incompetência à atual Administração que, para a gestão dos atuais serviços prestados pelos SMVC assume necessitar de um DD, onerando o erário público com mais um vencimento idêntico ao do Presidente da Câmara.



Para acomodar este aumento de despesa, verifica-se pelo lado da receita um aumento brutal de impostos na ordem de 1,49M€ essencialmente através dos impostos diretos. Para isso contribuí a insistência na manutenção das taxas de arrecadação de impostos, como seja a taxa da derrama sobre o lucro tributável do IRC em 1,5% e as taxas de imposto Municipal Sobre Imóveis- IMI em 0,35% que, apesar de ter ajustado 0,01 para o ano de 2023, o orçamento prevê um aumento de 158.000€.



Uma rubrica que tem um peso significativo no orçamento no lado da despesa é a aquisição de bens e serviços que para 2023 aponta para 22,7M€ correspondendo a 20,5% do orçamento, com um aumento de 307 mil euros, sendo habitualmente utilizada com recurso aos “Ajustes Diretos” por vezes com despesa supérflua e não produtiva.



Todas estas rubricas vão condicionar a disponibilidade e flexibilidade que deveria existir para as dotações da Grandes Opções do Plano (GOP) e que dependem das opções políticas do executivo, apesar de um tímido crescimento de 670 mil euros não satisfaz todas as necessidades do nosso território.

Grandes Opções do Plano	2021	2022	2023	Variação face a 2022
Ativos Financeiros	1,530	0,790	0,680	-0,110
Transferências entre administrações	2,160	1,760	2,160	0,400
Coesão território desenvolvimento Freguesias	8,130	8,130	8,130	0,000
Serviços Municipais	3,260	3,070	2,710	-0,360
Ambiente e qualidade de vida	7,240	6,480	8,810	2,330
Comunicações e transportes	5,450	2,640	3,090	0,450
Desenvolvimento económico	1,710	4,770	5,520	0,750
Proteção civil	1,590	1,420	0,820	-0,600
Ciência, conhecimento e inovação	0,730	0,110	0,190	0,080
Habituação e urbanização	10,620	12,320	7,040	-5,280
Saúde	1,250	1,750	2,340	0,590
Coesão Social	2,740	2,970	3,020	0,050
Cultura, Desporto e tempos livres	10,000			0,000
Desporto e lazer	0,000	3,970	6,600	2,630
Cultura	0,000	4,490	3,920	-0,570
Educação	8,840	8,440	8,750	0,310
	65,250	63,110	63,780	0,670

Relativamente às Grandes Opções do Plano e na análise que é feita aos três últimos orçamentos, verificamos uma estagnação na opção pela transferência para as Freguesias, mantendo o mesmo valor nos últimos três anos de 8,1 M€, o que significa que este orçamento não aposta no crescimento da coesão de todo o território. Também se verifica uma forte desaceleração na área da habitação e urbanização, o que significa que a bandeira eleitoral da aposta na habitação já foi cumprida? Não nos parece que o problema da habitação tenha sido resolvido apenas num só ano. Entende-se a necessidade de reforçar a área de Desporto e Lazer pelo facto de se realizar em Viana do Castelo a Cidade Europeia do Desporto 2023.

Dívida Total da Autarquia

Limite da dívida total Artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	Contribuição SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívidas total excluindo não orçamentais, exceções Lei 73/2013 e FAM	Montante em excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável ⁽¹⁾
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(7)=(6)-(1), se (6)>(1)	(8)=(1)-(6), se (6)<(1)	(9) =(8) * 40%
91.715.662 €	14/10/2022						
	45.438.471 €	2.009.811 €	47.448.282 €	45.044.349 €		46.671.313 €	18.668.525 €

(1) nº2 do artigo 103º Lei 12/2022 de 27 de junho

De salientar o valor da dívida total da Autarquia que em 14-10-2022 apresentava o valor de 47,4 M€, com uma margem utilizável de 18,6 M€ o que significa ainda um endividamento elevado face à receita corrente cobrada líquida.

Receita Corrente Cobrada Líquida

2019	2020	2021	Total	Média da Receita Líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1+2+3)	(5) = 4/3
66.980.362,35 €	57.401.770,96 €	59.049.479,52 €	183.431.324,57 €	61.143.774,86 €

Quanto aos valores da receita corrente cobrada líquida, no quadro apresentado no orçamento existem valores discrepantes relativamente aos publicados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), concretamente o valor de 2021 que se fixou em 58.232.373€ com uma diferença de 817.106€ que influencia a média da receita líquida para os anos 2019, 2020 e 2021 que, segundo a DGAL se fixou em 60.971.406€. Como atrás ficou dito, este não seria o nosso orçamento porque em momentos conturbados como os que estamos a atravessar, com o conflito armado na Ucrânia e a consequente subida do custo da energia com impacto na subida da inflação, que registou em Outubro de 2022 uma taxa de 10,1% relativamente ao período homólogo, seria expectável um orçamento que mitigasse estes efeitos adversos no rendimento disponível das famílias e das empresas, com um alívio da carga fiscal ao nível do IMI com uma taxa de 0,32% para as famílias e uma diminuição da derrama para uma taxa de 1,2% para as empresas, conforme proposta apresentada pelo PSD. Muito pelo contrário, vemos um orçamento que sufoca ainda mais as famílias e as empresas com um aumento de impostos. Nem as freguesias nas verbas da coesão territorial são discriminadas positivamente com o mesmo valor de 2022 e de 2021 de 8,1 M€ é opção deste executivo socialista. Sendo um dos maiores orçamentos já apresentados, trata-se de uma mão cheia de muito pouco, pelo que fica assim justificado o voto contra dos Vereadores do PSD. (a) Eduardo Teixeira; (a) Paulo Vale”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS – O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da CMVC e SMVC para 2023 proposto pelo executivo socialista define o orçamento e as grandes opções do plano num ano de particular exigência face aos desafios globais e às reais necessidades e prioridades dos vianenses. A recuperação económica e social pós-pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, aumentam a incerteza e a instabilidade da**

economia, com impacto direto nas cadeias de abastecimento, na escassez das matérias primas e na crise energética. Estes factos geopolíticos têm contribuído para o aumento do valor dos produtos para a indústria e dos bens alimentares, bem como para a escalada de preços da energia e das taxas de inflação e de juros, com elevados custos para as famílias e as empresas. O executivo do Partido Socialista, consciente destas dificuldades, apresenta o maior orçamento de sempre, no valor de 117,870 milhões de euros (mais de 111 milhões de euros da Câmara Municipal e 6,692 milhões de euros dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo) para responder às necessidades, motivações e objetivos dos vianenses, assente numa ação exigente, responsável, célere e assertiva nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal nos vários domínios, seja na economia, na educação, na cultura, na saúde, na coesão social e territorial e nas transições climática e digital. A forte capacidade e eficiência que o município continua a demonstrar na captação de Fundos Comunitários é estrutural para prosseguir o atual caminho de progresso social e de prosperidade económica, tendo sido garantidos até ao momento 41,547 milhões de euros no PT2020, estabelecendo-se ainda como quadro de oportunidade o período de “overbooking” do PT2020, e 42 milhões de euros no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com um financiamento a 100%. No orçamento para o novo ano, a estratégia defendida tem como prioridades o Ambiente e Qualidade de Vida, a Educação, a Coesão Territorial, a Habitação e Urbanização e o Desporto e Lazer, num expressivo e estratégico apoio à consolidação da qualidade de vida do território, aumentando os seus fatores de competitividade, tais como o bem-estar coletivo, o aumento das qualificações, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade económica e social. Nesse sentido, o PAO para 2023 traduz a aposta no potencial de crescimento da economia e promove o investimento no concelho, a par da defesa da justiça social e da coesão territorial, eixos cruciais para o crescimento e afirmação de Viana do Castelo nos planos regionais e nacionais. O reforço da transição digital, da mobilidade suave e dos planos de poupança de água e de eficiência energética são medidas concretas que respondem à inevitável transição digital e verde em curso. A continuidade dos fortes investimentos na habitação, na ampliação da rede de saneamento e abastecimento de água são condições essenciais para a concretização do

primeiro direito e para a fixação de pessoas ao território, reforçando a qualidade de vida dos vianenses. O reconhecimento de Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto em 2023 justifica o significativo aumento do valor previsto no orçamento para o Desporto e Lazer. Por outro lado, a diminuição substancial da rubrica da Habitação e Urbanismo é resultante do termino do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) em 2022, que face aos elevados financiamentos alcançados permitiu uma expressiva requalificação de arruamentos urbanos no concelho, dilatando o valor desta rubrica no PAO do ano vigente. A manutenção do valor atribuído à Coesão Territorial e ao Desenvolvimento das Freguesias não é de menor importância, visto que desde 2021 este se mantém nos 8,1 milhões de euros nos PAOs, apesar de em 2022 o valor proveniente do Orçamento de Estado para o Município ter sido de 18,4 milhões de euros, bastante inferior aos 19,9 milhões de euros de 2021, sendo o valor de 2023 também inferior. O esforço desta opção do executivo ao propor um valor idêntico ao de anos anteriores para esta rubrica, perante as perdas sucessivas no Orçamento de Estado, revela a prioridade que a harmonia do território ocupa na estratégia definida para o desenvolvimento de Viana do Castelo. Ciente das dificuldades económicas e financeiras que as famílias enfrentam num ano que se vislumbra rigoroso, este é um PAO que lhes dirige e reforça medidas concretas, tais como a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 0,35% para prédios urbanos, a dedução fixa de 70 euros para famílias numerosas, com três ou mais dependentes, o reforço expressivo do programa “Mais Família”, que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio, nomeadamente, o aumento de vagas nas creches, e a isenção de taxas urbanísticas para jovens famílias e na condição de construção ou reabilitação de primeira habitação. As famílias vianenses têm sido uma prioridade da ação governativa do Partido Socialista que, desde o ano de 2012, em plena crise económica, a autarquia tem abdicado do valor máximo do imposto, descendo na altura para 0,38%, em 2020 para 0,36% e agora para 0,35%. Na base da construção deste documento complexo e de vital importância para os destinos dos cidadãos vianenses estiveram as agendas locais – “Agenda para a Inovação 2030 de Viana do Castelo” e a “Agenda da Economia do Mar 2030” – e uma profícua auscultação de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal de Viana do Castelo, dos executivos das Juntas e Uniões de Freguesia e de empresários do concelho, com vista a integrar

todas as visões, sensibilidades e propostas, desde que sustentáveis e plausíveis no atual contexto socioeconómico, privilegiando políticas de proximidade, humanistas e sustentáveis. O envolvimento destes agentes e de todos os cidadãos vianenses é assumido como uma prioridade no momento de elaboração e no passo seguinte de execução do presente PAO, conferindo-lhe uma permanente validação e o escrutínio necessário para as inúmeras inovações e otimizações que o mesmo almeja e encerra tendo em vista a transformação de Viana do Castelo num território de excelência para viver, investir, estudar, trabalhar e visitar. Assim, perante as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 que oferecem sustentabilidade, progresso e compromisso e respondem aos desafios atuais com ações céleres, transversais e intersectoriais, o executivo socialista sustenta e defende a presente proposta de PAO da CMVC e SMVC para 2023. (a) Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”.

29.novembro.2022